



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0067010-2 – IPOJUCA
EMBARGANTE: TOTAL S.A.
ADVOGADO: João Humberto Martorelli (OAB/PE 7489) e outros, conforme
Regimento Interno do TJPE – Art. 66, III.
EMBARGADA: TOTAL DISTRIBUIDORA LTDA.
ADVOGADO: Renato Santos Pinheiro Filho (OAB/PE 14.555-D) e outros, conforme
Regimento Interno do TJPE – Art. 66, III.
RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO
DATA DE JULGAMENTO: 30 de abril de 2014.

EMENTA – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL. ERRO DE FATO. NÃO CONFIGURAÇÃO. CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. REEXAME DA MATÉRIA DISCUTIDA NO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE.

1 – Os embargos de declaração não se destinam ao reexame da matéria discutida, mas tão-somente sanar obscuridade, contradição ou omissão que possam alterar a substância do julgado, hipóteses não vislumbradas no caso concreto.

2 - As questões trazidas a cotejo foram devidamente apreciadas – afastando-se, portanto, a hipótese de erro de fato ou obscuridade– decidindo-se, ao fim, por maioria de votos, não se havendo falar em contradição, como quer fazer crer o embargante, mas em mera divergência no posicionamento dos julgadores, que esposaram juízo diverso quando da análise do caso, o que sabidamente representa situação rotineira no âmbito dos tribunais, justamente por se tratar de julgamento por órgão colegiado.

3 - A oposição de mais um recurso apresenta-se como uma vã tentativa da parte em trazer à tona discussão de matéria já enfrentada, inconformada pelo fato de o entendimento majoritário da Câmara se mostrar divergente daquele por ela defendido, motivo pelo qual busca fazer prevalecer o entendimento contido no voto vencido, o que sabidamente não é a função dos embargos aclaratórios.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 0067010-2, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, conhecer e rejeitar os presentes embargos, na conformidade do voto do relator e do termo de julgamento que integram o presente aresto.

Recife, 02 de junho de 2014.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



840
M

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0067.010-2

EMBARGANTE: TOTAL S.A.
ADVOGADO: João Humberto Martorelli (OAB/PE 7489) e outros, conforme Regimento o do TJPE – Art. 66, III.
EMBARGADA: TOTAL DISTRIBUIDORA LTDA.
ADVOGADO: Renato Santos Pinheiro Filho (OAB/PE 14.555-D) e outros, conforme Regimento Interno do TJPE – Art. 66, III.
RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos Declaratórios opostos por TOTAL S.A., em face do acórdão de fls. 825/825v, proferido na Apelação em epígrafe, sob o argumento de que haveria erro de fato, bem como contradição e obscuridade a serem supridas.

Alega a empresa embargante que ao contrário do que aduz o v. acórdão, a empresa embargada não possui registro para a marca “TOTAL” no Brasil, vez que diversos pedidos de registros da recorrida foram indeferidos perante o INPI justamente com base na anterioridade dos registros da Embargante (fl. 843).

Sustentou também que tal assertiva foi expressamente reconhecida tanto pelo Des. Revisor quanto pelo Des. Vogal, com destaque para o trecho explanado por este último, que esmiuçou a situação dos pedidos de registro depositados pela empresa embargada, concluindo, assim, que “4 foram indeferidos em razão dos direitos da Embargante sobre a marca TOTAL e outros 6 permanecem pendentes de análise” (fls. 844/845).

Asseverou ainda que o Acórdão vergastado incorre em clara contradição “pois, ao mesmo tempo que reconhece a pré-existência dos registros da Embargante, nega-lhe o direito de exclusividade dele decorrente por força de Lei.” (fl. 846)

Registra ainda que a data de constituição da parte recorrida é muito posterior aos depósitos feitos pela Embargante relativos aos pedidos de registro da marca TOTAL, sendo inviável à embargada “opor uso anterior da marca TOTAL no Brasil uma vez que tal sociedade empresária sequer existia no momento do depósito das Marcas TOTAL pela embargante.

Requer, também, seja esclarecida a obscuridade contida na decisão por ter afastado o princípio atributivo previsto no Art. 129 da LPI para reconhecer “suposta exclusividade ao uso da marca TOTAL pela Embargada através do uso”, ao passo que não haveria amparo legal para opor à Recorrente o alegado direito de precedência com base no uso anterior (fl. 847).

Pugna, ao final, para que sejam recebidos e acolhidos os presentes aclaratórios, conferindo os efeitos infringentes, para sanar os vícios apontados com a consequente reforma da decisão embargada.

É o relatório.

Independentemente de inclusão em pauta, apresento o feito para julgamento, na conformidade do Art. 85, d, do RITJ/PE.

Recife, 30 de *maio* de 2014.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



871
M

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº

0067.010-2

EMBARGANTE: TOTAL S.A.

ADVOGADO: João Humberto Martorelli (OAB/PE 7489) e outros, conforme Regimento Interno do TJPE – Art. 66, III.

EMBARGADA: TOTAL DISTRIBUIDORA LTDA.

ADVOGADO: Renato Santos Pinheiro Filho (OAB/PE 14.555-D) e outros, conforme Regimento Interno do TJPE – Art. 66, III.

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO DO DES. RELATOR

Inconformado com o acórdão de fls. 825/825v, o embargante assevera que houve erro de fato, bem como contradição e obscuridade no julgamento da apelação cível originária deste incidente.

De proêmio, cumpre ressaltar que embargos de declaração não se destinam ao reexame da matéria discutida, mas tão-somente sanar obscuridade, contradição ou omissão que possam alterar a substância do julgado, hipóteses não vislumbradas no caso concreto.

Analisando-se o voto condutor do apelo (fls. 801/802), bem assim o voto de fls. 803/807, observa-se, sem qualquer esforço, o enfrentamento da questão suscitada, considerando-se os elementos de prova, as circunstâncias do caso e a legislação aplicável, o que resultou em *decisum* colegiado idôneo, cuja fundamentação foi exposta de forma clara, satisfatória e congruente. Veja-se os excertos abaixo transcritos:

[...] É bem verdade que a empresa apelante efetuou depósito de inúmeros pedidos de registro de marca junto ao INPI (fls. 52/57) – os quais foram deferidos, consoante se vê nos certificados de fls. 141/143 –, bem assim junto a outros órgãos estrangeiros, o que sugere sua atuação no mercado internacional de comércio de substâncias e produtos químicos usados na indústria, tais como óleos lubrificantes, graxas e combustíveis em geral.

No entanto, não obstante a existência de registro da referida marca no órgão competente, este não impediu a utilização da expressão TOTAL pela empresa recorrida, mas, ao contrário: procedeu ao registro em favor desta última, a qual há muito vem explorando continuamente o termo, atuando de forma expressiva no mercado nacional através de diversas filiais, com o devido amparo legal, pois que obedece às determinações aplicáveis, inclusive no que toca ao depósito da marca no INPI, afastando-se, portanto, a alegação de má-fé levantada pela recorrente.

Acrescente-se que, além de a empresa recorrida, desde o início de suas atividades, utilizar a expressão TOTAL com a devida autorização do INPI, possui também respaldo junto à Agência Nacional do Petróleo, figurando, inclusive, em relação de distribuidores emitida por esta última, tal como se observa às fls. 345/348, o que, pelo que consta dos autos, não ocorre com a empresa apelante.

[...]



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

Por fim, o Acórdão embargado deixa registrado o seguinte:

Com efeito, se de um lado não restam dúvidas acerca da atuação da empresa recorrida no Brasil, não se pode concluir, da documentação trazida a cotejo, que a empresa recorrente faz efetivo uso da marca no País, a ponto de justificar a exclusividade na utilização de uma denominação genérica, de uso comum, que poderia ser normalmente empregada em qualquer ramo e não só no comércio de combustíveis.

Destarte, não se poderia afirmar, como aduzido nas razões recursais, que a exploração, pela empresa apelada, do termo "TOTAL" implica desvio de clientela da apelante ou "compromete a marca no mercado brasileiro, diluindo-a e fazendo com que a mesma perca em distintividade e em valor", restando descabida a indenização pleiteada, competindo o uso da marca no território nacional à empresa recorrida

Ora, da leitura dos trechos acima transcritos, observa-se que as questões trazidas a cotejo foram devidamente apreciadas – afastando-se, portanto, a hipótese de erro de fato ou obscuridade– decidindo-se, ao fim, por maioria de votos, não se havendo falar em contradição, como quer fazer crer o embargante, mas em mera divergência no posicionamento dos julgadores, que esposaram juízo diverso quando da análise do caso, o que sabidamente representa situação rotineira no âmbito dos tribunais, justamente por se tratar de julgamento por órgão colegiado.

A meu ver, a oposição de mais um recurso apresenta-se como uma vã tentativa da parte em trazer à tona discussão de matéria já enfrentada, inconformada pelo fato de o entendimento majoritário da Câmara se mostrar divergente daquele por ela defendido, motivo pelo qual busca fazer prevalecer o entendimento contido no voto vencido, o que sabidamente não é a função dos embargos aclaratórios.

Isto posto, conheço e REJEITO OS PRESENTES EMBARGOS para manter na íntegra a decisão atacada.

É como voto.

Recife, 30 de *dez* de 2014.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator